

Ricardo Alexandre Paiva

Sobre a relação indústria e urbanização

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão teórica acerca da relação entre a lógica da produção industrial e o processo de urbanização no contexto da produção e do consumo do espaço. Neste sentido, apresenta uma breve evolução dos fundamentos conceituais, sociais e históricos da urbanização, enfatizado o seu incremento a partir do advento da industrialização para, finalmente, destacar os impactos da “produção flexível” na urbanização contemporânea. O trabalho discute algumas teorias referentes à articulação entre a industrialização e o processo de urbanização, elencando a abordagem de diversos autores sobre o tema, estabelecendo como diretriz conceitual a relação dialética entre o espaço e as práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas). A relevância do trabalho se sustenta na necessidade de compreender teórica e criticamente os processos urbanos contemporâneos decorrentes da relação entre a industrialização e o processo de urbanização, que, em conjunto com outras atividades, atingem indistintamente os lugares e reproduzem a urbanização desigual nos países periféricos.

Palavras-chave: Urbanização; Industrialização; Cidade; Urbano.

Abstract

The paper presents a theoretical thinking about the relationship between the logic of industrial production and the process of urbanization in the context of production and consumption of space. In this sense, it presents a brief evolution of the conceptual, social and historical urbanization, emphasizing its increase since the advent of industrialization to, finally, highlight the impacts of “flexible production” in contemporary urbanization. The paper discusses some theories concerning the relationship between industrialization and urbanization process, listing the approach of several authors on the subject, establishing as a conceptual guideline the dialectical relationship between space and social practices (economic, political and cultural-ideological). The relevance of the paper is based on the need to understand theoretical and critically the contemporary urban processes arising from the relationship between industry and the process of urbanization, which in combination with other activities reach indiscriminately the places and reproduce the unequal urbanization in peripheral countries.

Keywords: Urbanization; Industrialization; City; Urban.

Ricardo Alexandre Paiva

é professor do departamento de Arquitetura e Urbanismo e do PPGAU+D - Universidade Federal do Ceará.

paiva_ricardo@yahoo.com.br

FUNDAMENTOS DA URBANIZAÇÃO

As teorias sobre a produção do espaço nascem no campo da economia política da urbanização, ou seja, inseridas na análise da produção do ambiente baseadas na acumulação capitalista. Malgrado a compreensão teórica da relação dialética entre espaço e sociedade ser recente, a relação em si, responsável pela produção do espaço, é histórica. Estas transformações recíprocas, os efeitos do social sobre o espaço e vice-versa, constituem as relações dialéticas entre espaço e sociedade.

A ênfase na dimensão econômica no processo de produção do espaço guiou a maioria dos estudos sobre a urbanização. Embora não seja possível prescindir da esfera econômica na análise da produção do espaço no contexto do capitalismo, é necessário transcender uma visão exclusivamente econômica na apreensão do espaço construído – significa admitir que a existência de diversas práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas), em conjunto e constante interação, é responsável pela produção do espaço.

Um dos autores precursores a tratar a questão é Henri Lefebvre, na verdade, o primeiro a cunhar a expressão “*La Production d’Espace*”, título do livro lançado em 1974. Para Lefebvre, a produção do espaço não se restringe ao processo de produção (capitalista), mas a reprodução das relações sociais de produção, manifestadas em três níveis: (i) na reprodução da família, (ii) na reprodução da força de trabalho e (iii) na reprodução do capital e bens de produção.

A abordagem de Lefebvre sobre a produção do espaço transcende o sentido de “produção” como um conceito unicamente econômico.

Em várias de suas obras, Lefebvre se refere à importância de considerar dois sentidos do conceito de ‘produção’: o stricto sensu, que se refere à produção de bens e mercadorias, e o lato sensu, que se liga à ideia de que o que se produz também são relações sociais, uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc. (Carlos, 1999, p. 63)

A análise da relação entre a indústria e a urbanização pressupõe a conceituação da urbanização como uma das principais manifestações do processo de produção do espaço, sendo necessário situar historicamente os antecedentes desta relação.

Segundo Castells (2009), a urbanização pode ser entendida sob dois aspectos: a “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e densidade”, ou seja, refere-se ao crescimento populacional ou processo social que impacta a

função, a forma e a estrutura das cidades; e a “difusão de sistemas de valores, atitudes e comportamentos denominados de cultura urbana”, ou melhor, a urbanização não é um fenômeno exclusivamente quantitativo, ela pressupõe uma transformação nas práticas socioespaciais, que repercutem nas formas de uso e ocupação do espaço, bem como nos modos de vida¹.

Para Sposito (2001), a urbanização pode ser considerada um processo socioespacial de amplitude histórica que reflete e reproduz os modos de produção em diferentes contextos históricos, ao passo que a cidade² compreende uma forma espacial que expressa estes processos da urbanização acumulados no tempo. Entretanto, esta distinção entre urbanização como processo e cidade como expressão material da urbanização não deve ser considerada separadamente na compreensão do fenômeno urbano, mas como um par dialético.

Em “A Revolução Urbana”, Lefebvre (2002) argumenta que a implosão urbana seria, em tese, o último estágio da evolução histórica dos processos de urbanização, precedida pela “cidade política”, pela “cidade mercantil” e pela “cidade industrial”, categorias espaciais e temporais utilizadas pelo autor para analisar a evolução do fenômeno urbano. Esta abordagem pressupõe que o processo de urbanização é anterior ao advento da industrialização, embora atribua à indústria o papel de desencadeadora da tendência de urbanização completa da sociedade.

Para Lefebvre, a “cidade política” situa-se na origem da cidade e corresponde no espaço e no tempo a uma estrutura socioespacial que “acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia” (Lefebvre, 2002, p.21). A “cidade política” implica também a existência de um poder altamente centralizado e hierárquico que controla o excedente da produção agrícola. A existência da cidade política é dependente da produção do campo, ao mesmo tempo em que materializa e simboliza os poderes religiosos, administrativos e políticos da sociedade antiga.

Para Sposito (1989), a cidade antiga, ao contrário do que se pressupõe, não se desenvolveu exclusivamente em função das práticas econômicas, ou seja, sua origem se explica mais intimamente em função

1 A visão de Reis Filho (2006) se alinha à de Castells, ao admitir que a urbanização possui uma dimensão espacial e social, que se manifesta em dois sentidos, embora careçam ser consideradas de forma dialética.

2 Para Leonardo Benévolo “A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade” (Benévolo, 1991, p. 13).

das práticas políticas e culturais-ideológicas que propriamente das econômicas. Nestes termos, a cidade política é um lugar por excelência de dominação e menos de produção.

Em síntese, a “cidade política” tem uma função ligada a um poder (político e religioso) altamente centralizado, a sua forma murada, fechada e finita revela e representa este poder. Sua estrutura está condicionada pelo campo e pelo domínio militar sobre os territórios, organizando-se frequentemente como cidades-estados.

A “cidade política” é excedida pela “cidade mercantil”, que corresponde no tempo à Revolução Comercial que se iniciou na Europa Ocidental a partir do século XIV, na medida em que o incremento da troca comercial confere ao ambiente urbano uma nova função, forma e estrutura, provocando consequentemente mudanças significativas no processo de urbanização.

Embora as atividades mercantis da cidade remontem à sua origem, uma vez que o comércio compunha a divisão social e territorial do trabalho na “cidade política”, as práticas sociais do comércio (acompanhadas das atividades artesanais e das articulações com as atividades agrícolas) impõem uma ampliação da liberdade, instigadas pela necessidade de superação dos entraves, sobretudo o domínio econômico e político dos poderes religiosos e seculares, para viabilizar as demandas da economia de mercado emergente, presididas agora por uma nova classe social: a burguesia.

A diluição do feudalismo evidencia a emergência de uma acumulação que se processa através do capital móvel e ativo, do dinheiro e na cidade em detrimento da riqueza fundada em um capital imóvel e inativo, do latifúndio e no campo. Neste processo de transição do feudalismo para o sistema mercantil, a distribuição demográfica da população efetuava-se de forma abrangente e descentralizada e se intensifica a migração do campo para a cidade, como forma de se abolir a servidão do campo e se beneficiar da liberdade suscitada pela cidade.

Entretanto, o campo conserva sua importância e tem sua produção incentivada e orientada para a cidade, para o mercado urbano, que por sua vez possibilita um processo de crescimento do capital comercial, implantado na “cidade política”. “No entanto diferenciava-se delas por seu caráter produtivo, ou seja, por passar a ser, de forma mais marcante, o lugar da produção de mercadorias” (Sposito, 1989, p. 39).

Sendo assim, podemos deduzir que a cidade mercantil viabiliza um processo de acumulação de base comercial, na produção e consumo de produtos ar-

tesanais, bem como na mercantilização de matérias-primas e produtos agrícolas.

A função da cidade muda, ao permitir um processo de acumulação no seu interior, diferente do caráter acessório desempenhado pelo urbano no sistema feudal, justificado inclusive pela subtração do seu papel político e religioso, ao contrário do que ocorria nas cidades antigas do Oriente e mesmo das cidades-estados mediterrâneas.

A forma da “cidade mercantil” se apresenta ainda como uma forma fechada e sua identidade é revelada pela muralha, elemento físico que permitiu em certo momento criar um ambiente seguro para o desenvolvimento da atividade mercantil.

Lefebvre salienta que o mercado ocupa um papel destacado e central na estrutura urbana da “cidade mercantil”, dividindo com os edifícios representativos do poder (político e religioso), outrora hegemônicos na estruturação da “cidade política”. “O espaço urbano torna-se lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (Lefebvre, 2002, p. 22). A estrutura das cidades é determinada ainda pelas condicionantes naturais e geográficas e sua localização estrategicamente escolhida em função da defesa, dos fluxos do comércio, bem como da disponibilidade de recursos naturais, neste aspecto não muito diferente da “cidade política”.

O processo de acumulação primitiva se desenvolveu em função do pacto social entre o capital mercantil e a realeza, que redundou na formação dos estados modernos. A ascensão das monarquias absolutas na Europa provocou o desmonte da ordem feudal, na medida em que a instituição de um poder centralizado se contrapôs à fragmentação medieval.

O estado nacional moderno, surgido da estrutura agrária da civilização medieval, acaba por ser o que a destrói, que modifica profundamente a ordem de coisa antiga, que provoca o desequilíbrio na distribuição da população, voltando mais uma vez à instauração da grande cidade como elemento político social decisivo (Goitia, 1982, p. 128).

Em termos de urbanização, a rede de cidades é redefinida pela supremacia da cidade capital, uma versão moderna da “cidade política”, que comanda não somente a rede urbana dos estados modernos, mas as relações de dominação entre as metrópoles europeias e as colônias. A relação cidade-campo também é transformada na medida em que a terra se torna uma mercadoria, levando a aristocracia feudal, francamente descapitalizada, a arrendar ou vender parcelas de sua terra. A produção agrícola e a propriedade

fundiária perdem gradativamente a sua importância econômica em detrimento da atividade comercial.

A cidade capital conheceu um adensamento populacional considerável em função da burocracia que se instala na cidade e viabiliza a centralização política-administrativa; da formação de exércitos permanentes e da aristocracia emergente que eleva os padrões de consumo e de modos de vida mais sofisticados.

O capitalismo mercantil intensifica a urbanização para além do território europeu a partir da ampliação do processo de acumulação, que se dá por intermédio das navegações marítimas, contribuindo para a expansão colonial e a criação de monopólios comerciais.

Essa fase do processo de acumulação já demonstra a articulação necessária entre diversos territórios e centros urbanos, entre as metrópoles e as colônias, favorecendo o surgimento de novos fluxos (terrestres e marítimos), meios de transporte e infraestruturas. No caso das cidades coloniais, sua função é determinada pelo sistema mercantil geral, pois possuíam apenas um “caráter político-administrativo, militar-defensivo e de recepção e escoamento de mercadorias” (Sposito, 1989, p. 39), complementar em relação ao papel exercido pelas cidades na Europa, francamente mais produtivo, reforçado pela manufatura (na qual se esboça o início do trabalho remunerado) e diferente da produção artesanal medieval, que se baseava nas corporações, que foram pouco se diluindo por funcionarem como obstáculo para um processo de acumulação mais amplo.

Em síntese, a “cidade mercantil” concentra uma dupla função, caracterizada pelo seu caráter produtivo e pela centralização do poder. A sua forma tende à eliminação das muralhas e crescimento espacial, viável graças à consolidação dos Estados-nações, que propiciava um ambiente de maior tranquilidade entre as cidades, anteriormente ameaçada por conflitos militares. A estrutura da “cidade mercantil” articula e domina territórios cada vez mais vastos, criando um novo tipo de relação entre as cidades (capitais e províncias) e entre as metrópoles e as colônias.

INDÚSTRIA FORDISTA E URBANIZAÇÃO

A “cidade industrial” constitui uma das principais categorias espaciais e temporais tratadas por Lefebvre na compreensão da evolução do fenômeno urbano. Entretanto, Lefebvre questiona o vínculo da indústria, ou melhor, da sua origem e localização, com a

cidade ao afirmar que ela estaria ligada, a princípio, à não cidade, pois

(...) inicialmente a indústria se implanta (...) próxima às fontes de energia (carvão e água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão de obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão de obra, mantida a baixo preço (Lefebvre, 2002, p. 25).

A “cidade industrial” se implanta sobre a cidade política e mercantil, pois ambas reuniam condições propícias para um incremento mais amplo da atividade industrial. Não há propriamente substituição entre estas categorias de análise da cidade, mas o acúmulo de funções, formas e estruturas urbanas existentes e novas.

A produção de bens materiais já fazia parte da divisão social e territorial do trabalho que se especializava na cidade até então. No entanto, a industrialização que se anuncia com a Revolução Industrial passa a predominar sobre as outras atividades econômicas e intensificar a transformação da natureza e da cidade. Na lógica da produção, a indústria subordina, cria e determina as outras atividades não produtivas. Para Lefebvre, “Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca de produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos” (Lefebvre, 2002, p. 26).

O advento da Revolução Industrial implicou transformações irreversíveis nas práticas sociais. Alimentada ideologicamente pelos pressupostos do Iluminismo, que reivindicava a supremacia da razão no combate à tradição materializada nos poderes absolutistas da Igreja e dos monarcas, a industrialização vai promover um dismantelamento sem precedentes da estrutura social anterior ao século XVIII. As transformações dos modos e meios de produção corresponderam a mudanças significativas nas relações sociais. A substituição dos produtos manufaturados pelos industrializados, as mudanças nas relações de trabalho, agora assalariado, o liberalismo econômico e o direito à propriedade privada são alguns dos sintomas do sistema capitalista.

É importante ressaltar que a industrialização, que se torna hegemônica no século XX, apresenta como um dos sinais mais característicos, além dos avanços tecnológicos, as mudanças nos processos de organização do trabalho. Trata-se dos estudos e investigações que visam à racionalização dos movimentos, do tempo e do espaço na unidade industrial, sendo Frederick Taylor um dos pioneiros neste sentido.

Henry Ford se vale desses processos racionais de organização e aplica o sistema de divisão interna do trabalho à fabricação de automóveis em cadeia contínua. A industrialização moderna se identifica com a produção dita fordista por seu caráter inovador de influenciar a produção em massa de diversas mercadorias.

A indústria fordista relaciona-se com a emergência do trabalho assalariado, que proporcionou uma ampliação do processo de acumulação, retirando dos trabalhadores os meios de produção necessários à sua sobrevivência e intensificando a divisão social do trabalho e o próprio processo de produção, inclusive no interior das unidades produtivas.

Essa nova ordem social atrelada à industrialização foi responsável por mudanças espaciais significativas. Para Choay (1979) “a sociedade industrial é urbana”. Isto implica de imediato a inversão na relação cidade e campo, pois se anteriormente a existência da cidade ainda mantinha dependência do campo, a partir de então, a cidade prescinde o campo, subordinando-o.

As transformações provocadas pela Revolução Industrial, a princípio, são quantitativas. Trata-se do processo de migração campo-cidade e do crescimento demográfico da cidade. Por outro lado, a atividade industrial exige transformações qualitativas e estruturais para viabilizar a nova atividade econômica. Trata-se de novos meios de produção, a saber: exploração diferenciada dos recursos naturais, implicando uma relação de dominação em relação à natureza; os instrumentos de produção, como novas técnicas, ferramentas e máquinas; as instalações; os meios de transporte e os meios de comunicação.

Ainda em relação à natureza, verifica-se que, no contexto da indústria fordista, o meio ambiente é considerado um recurso inesgotável, sendo a sua preservação e conservação incompatível com a visão do desenvolvimentismo econômico pretendido.

Em termos territoriais, a industrialização desencadeou uma crescente espacialização funcional e reforçou a divisão internacional do trabalho e a sua espacialização – a divisão territorial do trabalho em escala mundial – viabilizada pelos meios de transporte e comunicações.

Para Limonad (1999), a urbanização é um processo que se manifesta em duas escalas: na cidade (lugares) e na rede urbana (articulação entre lugares). A industrialização intensifica transformações nas duas escalas de manifestação da urbanização.

Na escala da cidade, dada à resistência dos sistemas espaciais existentes, a industrialização necessitava e dependia de uma reformulação da cidade histórica, que ocorre na adaptação das estruturas existentes, na abertura de grandes vias de circulação e na criação de

estações ferroviárias, na instalação de novos bairros residenciais e industriais; enfim numa diversificação de tipos de edifícios, atestando também mudanças culturais provenientes da acumulação do capital, simbolizadas pela modernidade. Onde a industrialização não se valeu das vantagens da cidade existente, ela criou novas cidades, dependentes do tipo de indústria.

A forma da cidade tende a se diluir, seja pelo crescimento do tecido urbano, seja pela substituição de uma relativa unidade espacial que outrora a cidade gozava, por uma tendência à fragmentação e diferenciação espacial até então inédita.

Em relação à rede urbana, a industrialização escandaliza a interligação entre os centros urbanos, organizados em uma rede urbana articulada e hierárquica, cabendo ao espaço tornar possível o desenvolvimento e a intensificação das práticas econômicas de produção, distribuição e consumo de bens materiais em nível regional, nacional e até internacional. Ao mesmo tempo em que o advento da indústria promove uma concentração espacial, ela coloniza e cria articulações em larga escala, incluindo o próprio ambiente rural.

A metrópole implanta-se no topo da rede urbana hierarquizada suscitada pela industrialização, ao funcionar como espaços de produção, de concentração de capital, de meios de produção e da própria gestão da produção, centro de comando político e cultural, subordinando centros urbanos intermediários e menores.

A fragmentação e especialização espacial da rede urbana, produto e meio de reprodução da acumulação capitalista, expressam-se em um processo de urbanização desigual, uma vez que a difusão da industrialização incide de forma heterogênea nos lugares, seja pelo caráter desigual intrínseco do modo de produção capitalista, seja pelas determinações locais de cada lugar, inclusive as resistências impostas pelo próprio espaço. Se no capitalismo mercantil o processo de acumulação já atingia uma escala internacional, no capitalismo industrial este processo se consolida e torna-se intensivo, articulando diversas atividades econômicas (produção e beneficiamento de matérias-primas, comércio e serviços e diversos tipos de indústria) sob o comando da lógica da produção.

O processo de urbanização diferenciado dos países periféricos reflete e reproduz o processo de dependência econômica que estes mantêm com os países centrais. Verifica-se, dessa forma, uma relação entre o caráter hegemônico da industrialização e a natureza da urbanização dependente e desigual destes países periféricos, muito embora estas desigualdades remontem ao capitalismo mercantil.

A intensidade da urbanização dos países periféricos e o tipo de dependência são dados pelo grau de integração de cada território à economia capitalista. Até certo momento, este nível de dependência dos países periféricos foi visto como etapa de um processo de desenvolvimento em curso, considerando que o alinhamento ao estágio de desenvolvimento alcançado pelos países centrais se realizaria via industrialização. A superação dos problemas urbanos dos países subdesenvolvidos também estaria vinculada ao incremento da industrialização, que, por seu turno, promoveria o desenvolvimento. Entretanto, o subdesenvolvimento dos países periféricos não corresponde a uma fase do processo de industrialização que ocorreu nos países centrais, mas constitui uma condição para reprodução do capitalismo industrial.

Outro aspecto a ser analisado em relação à urbanização dos países periféricos é o fato de que, embora a industrialização seja incipiente, os indicadores da urbanização, como o crescimento da população urbana, por exemplo, são bastante elevados, devido não somente ao crescimento vegetativo, mas aos processos de migração, contrariando a senso comum de que quanto mais se incrementa a industrialização mais se induz a urbanização. Castells qualifica este processo como “hiperurbanização”, que conota a ideia de um nível de urbanização superior aos níveis alcançados pela industrialização (número de indústrias, empregos no setor etc.).

A rede urbana e as cidades dos países subdesenvolvidos sofrem impactos na urbanização não apenas em função da implantação de indústrias no seu território, como também do processo de industrialização na sua totalidade. É possível transferir as desigualdades e dominações no processo de industrialização entre países para as regiões de um mesmo país.

Castells sintetiza genericamente os principais aspectos que caracterizam o processo de urbanização na América Latina e que se assemelham ao que ocorre no Brasil.

A urbanização latino-americana caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre o emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo (Castells, 2009, p. 99).

Por fim, a “cidade industrial” para Lefebvre pre-

cede e anuncia uma zona considerada crítica que culmina com a “implosão-explosão”, que se identifica com a realidade urbana contemporânea, com a supremacia do urbano sobre a cidade e com a urbanização completa.

INDÚSTRIA FLEXÍVEL E URBANIZAÇÃO

O desenvolvimento da indústria flexível³ se insere no processo de globalização das práticas sociais, que, por sua vez, redimensiona enormemente as relações entre o global e o local, posto que as barreiras espaciais e temporais se diluem, graças ao desenvolvimento das comunicações contemporâneas e às novas tecnologias computadorizadas que potencializam a reprodução do modo de produção capitalista.

A “produção flexível” surge associada também à necessidade de superação da crise no processo de acumulação capitalista na década de 1970. Harvey atribui a flexibilidade da produção à mudança no regime de acumulação flexível (pós-industrial), que consiste: “(...) na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 1992, p. 140).

A produção de bens e mercadorias diferencia-se em função dos avanços tecnológicos e da possibilidade de conjugar a produção em série de produtos altamente diferenciados em conformidade com a lógica do consumo, confirmando a “produção flexível”, além do progresso dos meios de comunicação, que viabilizaram o intercâmbio de informações em escala global, facilitando o fluxo de informações entre os centros de comando e as unidades produtivas descentralizadas, a propaganda, o alcance e a troca de mercadorias.

Outros aspectos fundamentais que caracterizam as práticas econômicas contemporâneas são o florescimento do capital financeiro e a ampliação desmesurada do setor terciário, através da economia de comércio e serviços.

No que se refere à relação entre a acumulação flexível e a utilização dos recursos naturais, verifica-se no discurso uma preocupação maior em criar condições para um desenvolvimento econômico sustentável, seja pela pressão dos movimentos ambientalistas, seja pelo caráter ideológico que a sustentabilidade suscita, constituindo um valor agregado para qualificar positivamente as empresas.

As práticas econômicas contemporâneas são res-

³ Destaca-se também na contemporaneidade o papel da atividade turística na produção e consumo do espaço.

paldadas pelas transformações nas práticas políticas. Um dos indicativos desse novo cenário refere-se ao papel desempenhado pelo Estado em relação ao atual estágio do capitalismo.

Até a década de 1970, estava em vigência, em consonância com o processo de acumulação de base industrial, as políticas de bem-estar social preconizadas pelo “kenesyanismo”, doutrina que defendia a ideia de um Estado provedor. A crise no processo de acumulação verificada na década de 1970 incitou mudanças em relação ao papel desempenhado pelo Estado, amparadas pelas ideias neoliberais, com base no pensamento de Friedrich Hayek e Milton Friedman. As origens do neoliberalismo remontam ao pensamento liberal que perdurou até a primeira metade do século XX, no contexto da crise pós-1929, fundamentado no pressuposto de que a liberdade individual será garantida se houver liberdade de mercado (Harvey, 2005).

O neoliberalismo, que redefiniu as atribuições do Estado em relação às práticas econômicas – condição necessária para a superação da crise capitalista –, favoreceu a atuação das iniciativas privadas (empresas, grupos específicos e indivíduos), que passaram a se beneficiar como proprietários de meios de produção e consumo (serviços), antes sob a tutela do Estado. A expansão do capitalismo, nessas condições, estava atrelada ao alargamento das possibilidades de acumulação por intermédio da ampliação do mercado, da competitividade e da mercantilização de todos os setores da sociedade.

As principais mudanças que caracterizam o neoliberalismo são: a diminuição do controle e da regulação estatal em relação à economia; o processo crescente de privatização de empresas estatais e serviços públicos; o reforço da mobilidade do capital internacional; a informalidade do emprego e o desmantelamento dos programas de bem-estar social. Harvey (2005) acrescenta outras características, a saber: o ataque a todas as formas de solidariedade social que esbarram a competitividade flexível; o retrocesso nos compromissos de bem-estar social; a redução de taxas, encorajando a iniciativa empresarial e criando um clima favorável de negócios para induzir grandes injeções de investimentos estrangeiros.

Note-se que para a expansão da atuação das empresas privadas em escala global foi necessária uma série de ajustes nas economias dos estados-nações, sobretudo, nos países em processo de desenvolvimento, inclusive no Brasil, como forma de garantir uma maior fluidez do capital, sendo imperativa a implementação de medidas econômicas, principalmente no que se refere à estabilização monetária e ao controle da inflação, a fim de diminuir os riscos

financeiros.

Entretanto, a ideologia do Estado não interventor constitui uma contradição, uma vez que o Estado mantém, na prática, diversas funções reguladoras, agora nitidamente favoráveis ao mercado⁴. As contradições ideológicas do neoliberalismo se relacionam também com a diversidade de formas de atuação do Estado em diversos países.

A imposição global do neoliberalismo tem, evidentemente, sido altamente desigual, socialmente e geograficamente, e suas formas institucionais e consequências socioespaciais têm variado significativamente através das escalas espaciais e entre as principais zonas da economia do mundo (Brenner e Theodore, 2002, p. 3).

Harvey (2005) acredita que o neoliberalismo potencializa os conflitos sociais, uma vez que, até então, as representações ou instituições partidárias e de classe tinham alguma influência no aparato estatal. Desta forma, o retorno ao liberalismo estaria em certo nível atrelado à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas e à dissolução dos interesses coletivos em favor dos valores individuais e familiares e da propriedade privada.

O favorecimento das elites, sobretudo por intermédio do capital financeiro, que têm poderes sobre diversos segmentos da economia, ampara-se no poder econômico para influenciar os processos políticos. Assim, a premissa de liberdade contida na ideologia neoliberal está submetida aos interesses hegemônicos. A urbanização contemporânea reflete e reproduz a lógica do processo de acumulação atual, identificada com a indústria flexível.

As práticas sociais contemporâneas implicam a potencialização do caráter urbano do território iniciada com a industrialização, com uma tendência crescente de expansão e distribuição das atividades e pessoas de forma fragmentada e extensiva. Entretanto, a urbanização contemporânea não suprimiu o papel da indústria e do terciário na organização espacial, mas passou a refletir e condicionar as novas atribuições dessas atividades de acordo com o contexto histórico e social da “acumulação flexível”.

A expressão espacial da “acumulação flexível”, diferente do modelo fordista em função da diversidade da produção e do consumo, gera uma maior flexibilidade e mobilidade geográfica que rompe com as barreiras do espaço e do tempo. Verifica-se uma

⁴ Esta realidade pode ser comprovada com o papel que o Estado cumpriu na mais recente crise (2008) que acometeu o capitalismo.

mudança da concentração da produção para uma dispersão crescente, que, possibilitando a localização descentralizada da indústria, não obedece mais à lógica da contiguidade física, pois o que garante a sua eficácia são as redes de informações.

Essas mudanças incidem primeiramente na rede urbana, pois a ampliação das possibilidades de acumulação do capital, em escala global, é facilitada pela produção flexível, que é responsável, por sua vez, pelo rompimento da hierarquia entre os lugares nos moldes anteriores. Embora a globalização eleve as relações de produção para escala mundial, ela estimula a regionalização, pois a atração do capital depende do papel que cada região exerce na rede de fluxos globais.

Nesse cenário internacional de redefinição dos papéis dos lugares, surgem as cidades globais como centros hegemônicos de controle do capital, que devem oferecer serviços avançados de informação, mão de obra especializada e outros atributos para viabilizar os fluxos de informação com outros centros de controle e os centros de produção. Os fluxos não acontecem apenas entre as cidades que estão no topo da hierarquia, mas também com as demais. “Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado no âmbito global” (Castells, 2003, p. 470).

Pela flexibilização e instabilidade da localização do capital, ditada pelo mercado, a importância destas cidades na hierarquia se torna absolutamente vulnerável. Este novo paradigma coloca as regiões e cidades em um clima de competição com o intuito de atrair investimentos e ocupar o seu lugar na economia global.

A localização industrial no interior dos grandes centros urbanos passa a não ser mais imperativa, pois em tese não há impedimento para que a implantação das indústrias aconteça em qualquer lugar, desde que os fluxos e a infraestrutura de transportes e comunicações estejam garantidos. Nesses termos, associa-se essa desconcentração espacial da indústria a um suposto processo de desurbanização ou desmetropolização, que são, na realidade, as formas que os núcleos urbanos estão adquirindo na atualidade. A desconcentração das atividades industriais no território é acompanhada pelas atividades terciárias que se relacionam por sua vez com a dispersão da habitação.

Os núcleos urbanos contemporâneos não possuem mais uma unidade espacial, uma territorialidade contínua. Choay (1996) questiona se o processo de urbanização atual gera necessariamente cidades, uma vez que o conceito de cidade, outrora empregado com uma forma espacial relativamente homo-

gênea, desgastou-se a partir da industrialização, e os processos urbanos de uso e apropriação abrangente do território dificultam definir, mensurar e controlar os limites e o crescimento das cidades na contemporaneidade. Para enfatizar o seu argumento, anuncia a morte da cidade e a emergência do reino do urbano.

Para Lefebvre (2002), a partir da industrialização, inicia-se a superação da cidade pelo urbano, quer dizer, a primazia da cidade em relação ao campo, a subordinação total do campo em relação à cidade. O urbano designa, neste sentido, não mais um adjetivo que classifica o que se refere à cidade, mas um substantivo que se transcende o próprio conceito de cidade. Para Monte-Mór:

(...) o urbano é esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões, uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, uma manifestação socioespacial da organização urbano-industrial contemporânea, que abarca, virtualmente, todo o espaço social (Monte-Mór, 2007, p. 246).

O “tecido” ao qual o autor alude corresponde ao conceito de “tecido urbano” assinalado por Lefebvre, que não indica de forma restrita, “o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (Lefebvre, 2002, p.17). Neste sentido, o tecido urbano engloba os diversos objetos do espaço socialmente modificado (urbano e rural).

A urbanização contemporânea desencadeia a expansão do tecido urbano de forma extensiva, mas descontínua e fragmentada, não mais prevalecendo a lógica da contiguidade das funções urbanas e do adensamento da população, de infraestrutura e de equipamentos, mas um conjunto de tramas ou estruturas urbanas heterogêneas articuladas por um sistema de transportes e comunicações articulado em uma escala cada vez mais abrangente.

A urbanização contemporânea conhece também movimentos simultâneos e combinados de concentração e desconcentração das atividades econômicas, caracterizadas pelas novas lógicas de localização dos setores secundário e terciário e pela distribuição das áreas residenciais, gerando um tecido urbano diversificado e pontuado por várias e distintas centralidades urbanas, colaborando para a sua expansão e redefinindo a relação centro-periferia.

Para Limonad (2007) coexiste o processo de “urbanização extensiva”, de caráter mais disperso e de “urbanização intensiva”, marcado pela concentração. Estas dinâmicas e formas espaciais (produtos e con-

dicionantes) ratificam a ruptura da ideia de totalidade da cidade.

A inserção dos países periféricos na rede de fluxos globais acentua o processo de urbanização desigual, na medida em que são cada vez mais incorporados como territórios para expansão da “acumulação flexível”. Entretanto, mantêm-se as condições assimétricas de integração destes países subdesenvolvidos ao capitalismo hegemônico, principalmente no que se refere ao nível tecnológico, coexistindo inclusive com os processos da indústria fordista.

O desenvolvimento dependente e desigual no contexto da indústria fordista prevalece na contemporaneidade, tendo como herança os problemas da “hiperurbanização” destacados anteriormente, que redundaram nas “gigantescas metrópoles industriais fordistas subdesenvolvidas, concentradoras da produ-

ção industrial e da massa de mão de obra disponível e marcadas pela divisão social do espaço urbano” (Ferreira, 2001, p. 13).

A fragmentação verificada em geral na urbanização contemporânea tem contornos de uma segregação crescente nas cidades dos países periféricos, caracterizando um processo de urbanização marcado pela pobreza.

Nesses termos, os impactos da globalização na urbanização verificada no Brasil, semelhantes a outros países subdesenvolvidos, embora cada um posua suas especificidades históricas, revelam-se nas desigualdades socioespaciais: de um lado, fragmentos de um território voltado para elites locais abastadas, ilhas de prosperidade que absorvem os avanços do processo de globalização e permitem a reprodução do processo de acumulação contemporâneo, do outro, a

Quadro 1 - Síntese Indústria e Urbanização

	INDÚSTRIA FORDISTA	INDÚSTRIA FLEXIVEL
PRÁTICAS ECONÔMICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Primazia da produção - terciário subordinado • Produção em massa de bens homogêneos • Comando e produção centralizados • Concentração e centralização do capital industrial, financeiro e comercial • Mercados nacionais • Imperialismo e controle da produção e do mercado pelos países centrais • Trabalho: tarefas únicas • Formalidade do emprego • Consumo de bens de uso coletivo (de massa de bens duráveis) • Desenvolvimentismo, progresso, razão técnico-científica • Desenvolvimento desigual dos países periféricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Primazia do consumo - terciário avançado dominante • Produção de produtos especializados • Comando e produção descentralizados • Desconcentração e internacionalização do capital. Supremacia do capital financeiro • Mercado global • Desindustrialização dos países centrais e manutenção do comando e industrialização dos países periféricos • Trabalho: múltiplas tarefas • Informalidade do emprego - terceirização • Consumo individualizado, celebração da diferença (consumo de bens intangíveis) • Desenvolvimento sustentável (discurso) • Desigualdades dos países periféricos em escala global
PRÁTICAS POLÍTICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Estado de Bem-Estar Social (<i>Welfare State</i>) • Estado Provedor • Estatização dos bens e necessidades coletivas • Regulamentação • Interesses de classes 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado Neoliberal • Estado Empreendedor • Privatização dos bens e necessidades coletivas • Desregulamentação • Desmantelamento dos interesses de classe e emergência das minorias
PRÁTICAS CULTURAIS-IDEOLÓGICAS	<ul style="list-style-type: none"> • Modernismo • Valores culturais homogeneizados • Cultura de massa • Primazia do coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Pós-modernismo • Valores culturais fragmentados e plurais • Mercantilização da cultura • Primazia do individualismo (sociedade do espetáculo)
PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS - URBANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração espacial • Cidade: modelo centro-periferia • Planejamento urbano tecnocrático • Natureza como recurso inesgotável - dominação • Cidades como centros de produção • Suburbanização • Rede urbana: hierarquizada e articulada em função dos centros de produção • Localização industrial contígua ao comando • Diluição da forma urbana tradicional (antiga) - urbanização intensiva • Primazia do urbano em relação ao campo • Separação das funções urbanas • Cultura e turismo - papel secundário na organização da cidade • Arquitetura com apelo funcional e social • Hiperurbanização dos países periféricos • Segregação socioespacial nos países subdesenvolvidos - urbanização com “ilhas de pobreza” 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconcentração e fragmentação espacial • Cidade: modelo polinucleado • Planejamento urbano estratégico • Limitação dos recursos naturais - conciliação • Cidades como centros de consumo • “Gentrification” • Rede urbana: hierarquizada em função dos centros de comando - cidades globais • Localização industrial fragmentada • Diluição da forma urbana - urbanização extensiva • A presença do urbano no campo • Miscigenação das funções urbanas • Cultura e turismo - indústria - motriz na estruturação da cidade • Arquitetura com apelo formal e do consumo imagético. • Manutenção da hiperurbanização dos países periféricos • Segregação socioespacial nos países subdesenvolvidos - urbanização da pobreza hegemônica com “ilhas de prosperidade”

Fonte: Elaborado pelo autor.

manutenção e o crescimento de territórios da pobreza, marcados pela informalidade e exclusão.

Ferreira (2001) explica que estas “Ilhas de Primeiro Mundo” possuem funções e características diferenciadas, que se manifestam em bairros residenciais, áreas de negócios voltados para o terciário avançado, áreas centrais reabilitadas e direcionadas para novos usos, identificando-se com o processo de “*gentrification*”.

De modo geral, a urbanização contemporânea reflete e reproduz o capitalismo contemporâneo e caracteriza-se pela intensificação das articulações entre os lugares, redefinindo a rede urbana que se articula em escala global, pela fragmentação crescente do tecido urbano e pela disseminação indiscriminada do urbano. No caso da urbanização dos países periféricos, a fragmentação manifesta-se na exacerbação da segregação socioespacial historicamente consolidada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão conceitual transdisciplinar acerca da relação entre indústria, produção e consumo do espaço e seus desdobramentos no processo de urbanização constitui um lastro teórico relevante na compreensão do papel das práticas sociais (econômicas, políticas e cultural-ideológicas) nas transformações espaciais. Os pressupostos teóricos sobre a dialética socioespacial possibilitam também contextualizar historicamente as heranças da urbanização pretérita, a fim de identificar o ponto de inflexão no processo de urbanização com o advento da industrialização.

Como síntese, percebe-se que na lógica da produção, prevalecia o consumo de massa, que precisava da intervenção do Estado (*Welfare State*) para garantir demanda, e, portanto a provisão de bens de consumo coletivo, sendo a produção e o consumo do espaço orientados para reproduzir a acumulação industrial fordista; na lógica do consumo, a produção se submete à segmentação, flexibilização e heterogeneidade das práticas de consumo, em consonância com a emergência do Estado neoliberal, no qual o espaço adquire cada vez mais a condição de mercadoria, favorecendo a reprodução da acumulação flexível. O Quadro 01 reforça a relação entre a urbanização e a industrialização fordista e flexível.

REFERÊNCIAS

Benevolo, L. **A cidade e o arquiteto**: método e história na arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1991.

Brenner, N.; Theodore, N. Cities and the Geographies of ‘Actually Existing Neoliberalism’. In: Brenner, N.; Theodore, N. (org.). **Spaces of Neoliberalism**. Nova York: Blackwell Publishing Ltd., 2002.

Carlos, A. F. A. ‘Novas’ contradições do espaço. In: Carlos, A. F. A.; Damiani, A. L.; Seabra, O. de L. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

Castells, M. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. (Vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Castells, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Choay, F. **Urbanismo, utopias e realidades**. Uma antologia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

Choay, F. Destinos da cidade europeia: séculos XIX e XX. **RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Salvador, v. 1, n.6, 1996, pp. 8-21.

Ferreira, J. S. W. “Globalização e Urbanização subdesenvolvida”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 2001. pp. 10-20.

Goitia, C. F. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1982.

Harvey, D. **A Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Harvey, D. **Brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford Press, 2005.

Lefebvre, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Limonad, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia (UFF)**, Niterói, v.1, n.1, 1999, pp. 71-91.

Limonad, E. Nunca Fomos Tão Metropolitanos!. In: Reis, N. G.; Tanaka, M. S. (orgs.). **Brasil - Estudos sobre Dispersão Urbana**. São Paulo: Via das Artes – FAPESP, 2007.

Monte Mór, R. L. M. Urbanização Extensiva e a Produção do Espaço Social Contemporâneo. In: Reis, N. G.; Tanaka, M. S. (orgs.). **Brasil - Estudos sobre Dispersão Urbana**. São Paulo: Via das Artes – FAPESP, 2007.

Santos, M.; Silveira, M. L. **Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2003.

Sposito, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.

Sposito, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate. In: Carlos, A. F. A.; Damiani, A. L.; Seabra, O. de L. (orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Editora Contexto, 2001. ■